

Com o poder de pressão?

Quem ganha com a inflação? Os bancos — responderá a maioria. Mas, apenas os bancos? É claro que não. Os oligopólios e intermediários, que se interpõem entre o produtor e o consumidor, também são grandes beneficiários.

Quando compram do setor produtivo, pelo seu grande poder de negociação, conseguem prazos de pagamento que lhes permitem tirar um ganho financeiro, na maioria das vezes muito superior à sua margem operacional.

Esta não é uma história nova, como mostrou um estudo da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), a partir de indicadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 13 anos, de janeiro de 1980 a fevereiro de 1993, perderam da inflação, medida pelo IGP-DI, o salário mínimo (perda média de 32%), gasolina (29%), além de ferro e aço, cereais e grãos. Ganharam tintas e vernizes (51% de ganho médio), cimento (31%), além de produtos de higiene e limpeza e gêneros alimentícios. Em suma: perderam os salários e produtos de empresas estatais e pequenas e médias empresas privadas; ganharam os produtos oligopolizados por grandes empresas privadas nacionais e multinacionais.

Com a estabelecimento do Plano Real, era previsível que no curto prazo o ganho financeiro diminuisse substancialmente. É claro que quem lucrava com a inflação tratou de incluí-la na sua remuneração,

elevando o preço ao consumidor. Foi o que se verificou nas remarcações dos preços nos supermercados, denunciadas pela opinião pública e imprensa.

Com os combustíveis, a situação foi um pouco diferente. A Petrobrás teve o preço médio de seus derivados, no período de 24 de novembro de 1993 a 26 de abril de 1994, reajustado em 491%, abaixo portanto da inflação de 531% no mesmo período. Esta diferença de 40 pontos percentuais não chegou ao consumidor, sendo apropriada pelos outros segmentos que participam da comercialização de derivados, em especial as distribuidoras, com reajustes de 703% no mesmo período. O curioso é que os preços finais dos combustíveis e as margens de cada segmento são determinados pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) e Ministério da Fazenda que pretendiam controlar a inflação. Mas, não foi apenas isso. A gasolina e o diesel tiveram reajustes mais elevados para compensar o de outros derivados como a nafta, matéria-prima para as centrais petroquímicas.

Assim, no período de 29 de dezembro de 1993 a 26 de março de 1994, para uma variação cambial de 173%, a gasolina e o diesel foram reajustados em 166% e a nafta petroquímica, em apenas 147%. Ou seja, beneficiou-se o segmento cartelizado, em prejuízo dos demais consumidores. Não bastasse ganhar na matéria-prima, os produtos que participam da comercialização de derivados, em especial as distribuidoras, com reajustes de 703% no mesmo período. O curioso é que os preços finais dos combustíveis e as margens de cada segmento são determinados pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) e Ministério da Fazenda que pretendiam controlar a inflação. Mas, não foi apenas isso. A gasolina e o diesel tiveram reajustes mais elevados para compensar o de outros derivados como a nafta, matéria-prima para as centrais petroquímicas.

No setor siderúrgico, a chapa grossa de aço, fabricada pela Usiminas, subiu, de maio de 1991,

cinco meses antes do leilão, a março de 1994, 90% acima do IGP-DI. Estes recursos utilizados para esses empréstimos poderiam ter sido utilizados para financiar a construção de fábricas e gerar novos empregos, em vez de financiar privatizações que não só não criaram nenhum emprego, como resultaram no desemprego de milhares de pessoas.

Para amortizar a dívida pública, foi criado, na Medida Provisória do Real, um fundo, com recursos provenientes da venda de ações de companhias estatais. Além da queima de patrimônio, num mercado recessivo e em desvalorização, a quantidade de ações é limitada e sua venda eleva o poder de pressão dos grandes grupos econômicos, que tiveram ganhos acima da inflação.

O governo federal está lançando mão das reservas do País, elevando as importações para tentar quebrar a ação altista de preços exatamente destes grandes grupos que podem mais que o ministro da Fazenda. Quem não se lembra das ameaças da ministra Zélia Cardoso e sucessores contra a Autolatina?

O futuro do Plano Real dependerá de mudanças estruturais, reforçando o papel do Estado para resguardar os cidadãos dos monopólios e cartéis, dos grandes grupos econômicos privados e dos beneficiários da ciranda financeira, que são, na verdade, os grandes inimigos de seu sucesso.

Os bancos — responderá a maioria. Mas, apenas os bancos? É claro que não. Os oligopólios e intermediários, que se interpõem entre o produtor e o consumidor, também são grandes beneficiários.

Quando compram do setor produtivo, pelo seu grande poder de negociação, conseguem prazos de pagamento que lhes permitem tirar um ganho financeiro, na maioria das vezes muito superior à sua margem operacional.

Esta não é uma história nova, como mostrou um estudo da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), a partir de indicadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 13 anos, de janeiro de 1980 a fevereiro de 1993, perderam da inflação, medida pelo IGP-DI, o salário mínimo (perda média de 32%), gasolina (29%), além de ferro e aço, cereais e grãos. Ganharam tintas e vernizes (51% de ganho médio), cimento (31%), além de produtos de higiene e limpeza e gêneros alimentícios. Em suma: perderam os salários e produtos de empresas estatais e pequenas e médias empresas privadas; ganharam os produtos oligopolizados por grandes empresas privadas nacionais e multinacionais.

Com a estabelecimento do Plano Real, era previsível que no curto prazo o ganho financeiro diminuisse substancialmente. É claro que quem lucrava com a inflação tratou de incluí-la na sua remuneração,

elevando o preço ao consumidor. Foi o que se verificou nas remarcações dos preços nos supermercados, denunciadas pela opinião pública e imprensa.

Com os combustíveis, a situação foi um pouco diferente. A Petrobrás teve o preço médio de seus derivados, no período de 24 de novembro de 1993 a 26 de abril de 1994, reajustado em 491%, abaixo portanto da inflação de 531% no mesmo período. Esta diferença de 40 pontos percentuais não chegou ao consumidor, sendo apropriada pelos outros segmentos que participam da comercialização de derivados, em especial as distribuidoras, com reajustes de 703% no mesmo período. O curioso é que os preços finais dos combustíveis e as margens de cada segmento são determinados pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) e Ministério da Fazenda que pretendiam controlar a inflação. Mas, não foi apenas isso. A gasolina e o diesel tiveram reajustes mais elevados para compensar o de outros derivados como a nafta, matéria-prima para as centrais petroquímicas.

Assim, no período de 29 de dezembro de 1993 a 26 de março de 1994, para uma variação cambial de 173%, a gasolina e o diesel foram reajustados em 166% e a nafta petroquímica, em apenas 147%. Ou seja, beneficiou-se o segmento cartelizado, em prejuízo dos demais consumidores. Não bastasse ganhar na matéria-prima, os produtos que participam da comercialização de derivados, em especial as distribuidoras, com reajustes de 703% no mesmo período. O curioso é que os preços finais dos combustíveis e as margens de cada segmento são determinados pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) e Ministério da Fazenda que pretendiam controlar a inflação. Mas, não foi apenas isso. A gasolina e o diesel tiveram reajustes mais elevados para compensar o de outros derivados como a nafta, matéria-prima para as centrais petroquímicas.

No setor siderúrgico, a chapa grossa de aço, fabricada pela Usiminas, subiu, de maio de 1991,

cinco meses antes do leilão, a março de 1994, 90% acima do IGP-DI. Estes recursos utilizados para esses empréstimos poderiam ter sido utilizados para financiar a construção de fábricas e gerar novos empregos, em vez de financiar privatizações que não só não criaram nenhum emprego, como resultaram no desemprego de milhares de pessoas.

Para amortizar a dívida pública, foi criado, na Medida Provisória do Real, um fundo, com recursos provenientes da venda de ações de companhias estatais. Além da queima de patrimônio, num mercado recessivo e em desvalorização, a quantidade de ações é limitada e sua venda eleva o poder de pressão dos grandes grupos econômicos, que tiveram ganhos acima da inflação.

O governo federal está lançando mão das reservas do País, elevando as importações para tentar quebrar a ação altista de preços exatamente destes grandes grupos que podem mais que o ministro da Fazenda. Quem não se lembra das ameaças da ministra Zélia Cardoso e sucessores contra a Autolatina?

O futuro do Plano Real dependerá de mudanças estruturais, reforçando o papel do Estado para resguardar os cidadãos dos monopólios e cartéis, dos grandes grupos econômicos privados e dos beneficiários da ciranda financeira, que são, na verdade, os grandes inimigos de seu sucesso.

Diomedes Cesário da Silva foi presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet)